



A Amazônia e Grandes Empreendimentos: impactos socioambientais nos modos de vida dos ribeirinhos nos lagos do Zé Açú e Zé Miri/Parintins/Amazonas

Rafael Alexandre Penha Silva¹
Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares²

Resumo

Este artigo compila os resultados parciais de uma pesquisa em andamento no programa de pós-graduação em antropologia social na Universidade Federal do Amazonas – UFAM³. O presente estudo objetiva analisar os impactos socioambientais nos modos de vida das comunidades dos lagos do Zé Açú e Zé Miri a partir da implantação e operação da Linha de Transmissão de energia Oriximiná-Juruti-Parintins executado pela empresa Parintins Amazonas Transmissora de Energia. Com respeito aos dados etnográficos construídos em campo, primeiramente traçamos o histórico do conflito com a solicitação do empreendimento em 2003, perpassando pelas fases de planejamento em 2009 a 2019, sua implantação em 2021/2022 e operação em agosto de 2023 com a inauguração da obra. Relativo aos impactos, evidenciamos em ambas as comunidades (lugares da pesquisa) a supressão da vegetação nativa, não reposição da vegetação nos ramais que conectam as torres, assoreamento dos cursos de água (cabeceiras, igarapés, lagos), restrições no uso do solo, degradação de estradas utilizadas pelos ribeirinhos, impactos na saúde mental. Conclui-se que as concepções de “atingido” a noção de impacto e as ideias de compensação negociadas entre os executores da obra e as comunidades não consideram a complexidade dos impactos gerados. Os resultados parciais mostram que há efeitos nos ecossistemas locais que repercutem diretamente nos modos de vidas autóctones e que tendem a recrudescer, considerando a operação de trinta anos do empreendimento.

Palavras-chave: Modos de Vida Ribeirinhos, Impactos Socioambientais, Conflito, Grandes Projetos, Amazônia.

¹ Mestrando em Antropologia Social/Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² 2Doutor em Antropologia social/ Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

³ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas-FAPEAM (POSGRAD 2023/2024).

Introdução

Grandes empreendimentos como a Transamazônica, Usina Hidrelétrica-UHE de Belo Monte e outros megaprojetos sustentados sob o discurso de desenvolvimento econômico estão em curso na Amazônia. De modo geral esses projetos engendram modificações parciais ou totais nos territórios onde são implantados, seja no meio ambiente ou na cultura dos povos impactados. Nesta direção, é o que vem sendo percebido com os ribeirinhos nos lagos do Zé Açú e Zé Miri no Baixo-Amazonas desde a implementação da Linha de Transmissão-LT de energia 230 kv/Oriximiná-Juruti-Parintins, onde suas águas e terras de trabalho foram interceptadas para dar espaço a edificação das torres e cabos da LT. A empresa empreendedora é a Parintins Amazonas Transmissora de Energia (Sociedade Anônima Fechada) vinculada a Celeo Redes Brasil S.A empresa do ramo de infraestrutura de energia renovável com abrangência no Brasil, Espanha (origem da empresa), Chile e Peru. (AMBIENTARE, 2019).

Segundo a empresa, essa LT tem como objetivo fornecer infraestrutura para expansão da capacidade de transmissão de energia e promover a integração dos municípios ao Sistema Integrado Nacional (SIN), proporcionando uma melhora nos padrões de qualidade e confiabilidade do sistema elétrico, frente ao crescimento do consumo de energia elétrica previsto para essa região (ibdem).

Concernente aos locais que compõe a área de influência do empreendimento, o Relatório de Impacto Ambiental-RIMA (2019) destaca que 62 localidades são cruzadas pelo empreendimento, 57 estão localizadas na zona rural dos municípios de Oriximiná/PA, Óbitos/PA, Juruti/PA e Parintins/AM. Cabe pontuar que os locais impactadas não se constituem em sua maioria por áreas rurais, há existência de populações ribeirinhas, tais como as comunidades existentes nos Lago do Zé Açú e Lago do Ze Miri, localizadas no município de Parintins. Estes grupos não são descritos com profundidade no RIMA, como acontece no caso dos territórios indígenas e quilombolas presentes nos documentos.

Os loci da pesquisa são duas comunidades localizadas próximas ao município de Parintins/AM 369 km da capital do Amazonas a serem apresentadas na seção posterior. Com relação aos interlocutores se constituíram por famílias e lideranças locais que tiveram seus terrenos interceptados e/ou participaram das reuniões com a equipe do

empreendimento através do Programa de Comunicação Social-PCS destinado a elucidar dúvidas e informações.

No que diz respeito à metodologia, este estudo se pauta na pesquisa qualitativa por se tratar de um número reduzido de integrantes e por dar ênfase às suas falas e percepções. Realizamos pesquisa de campo de natureza exploratória permanecendo um total de sete dias nos locais. Em campo utilizamos a tríade “olhar, ouvir e escrever” postulada por Oliveira (1996) ou como a categoria êmica “ouvido de peixe-boi⁴” para coletar os dados etnográficos. O olhar e ouvir estão no âmbito da observação participante, nas conversas informais e entrevistas, além de acompanhar os interlocutores para evidenciar os impactos físico, bióticos e socioeconômicos. O escrever, embora se faça mais presente na construção textual, pode ser expressado nas anotações e elocubrações descritas no diário de campo. Além disso, a construção de dados foi realizada pela triangulação entre observação participante, pesquisa documental, sites jornalísticos, conversas informais e entrevistas.

Além desta introdução, este artigo se divide em três seções. Primeiramente apresentaremos os locais de pesquisa e o conflito socioambiental em diferentes fases do empreendimento. Em seguida, abordaremos sobre os impactos apontados pelos ribeirinhos e faremos uma contraposição entre os efeitos previstos na matriz de impacto presentes no RIMA e impactos que não foram considerados, porém surgiram. Por fim trataremos sobre a ideia de compensação, ou seja, da linguagem técnica constante nos documentos do megaprojeto e as propostas sugeridas pelos interlocutores.

As comunidades e o conflito

As navegações no paraná do Ramos⁵ para a pesquisa de campo em julho de 2023 apontavam para mudanças drásticas na paisagem das comunidades, ocasionadas pelo empreendimento. Enquanto navegávamos já era possível observar as torres que entrecortam tanto a comunidade Nossa Senhora do Bom Socorro no Lago do Zé Açú quanto a comunidade Nossa Senhora de Assunção no Lago do Zé Miri. Visualizar essa

⁴ Categoria êmica que faz referência a audição aguçada desse mamífero aquático e significa, quando usado para humanos, que estes possuem bons ouvidos. No caso da pesquisa, ouvir como um peixe-boi implica estar atento aos rumores e às fofocas para compreender os modos pelos quais o conflito entre empresa e moradores vai sendo construído e percebido nas comunidades.

⁵ Braço de rio na margem esquerda do Rio Amazonas no qual deságua.

estrutura antes de adentrar nos lagos evidencia a magnitude da modificação paisagística nesses territórios.

A comunidade Nossa Senhora do Bom Socorro está localizada a aproximadamente 14 km de distância, em linha reta, por via fluvial de Parintins/AM. O lago do Zé Açú é constituído pelas comunidades do Bom Socorro, Paraíso, Colônia Boa Esperança, Nossa Senhora do Nazaré e Santa Fé. Situo essas localidades, primeiro para se ter um panorama do lago e, segundo, porque parte desses locais não foram contemplados nos estudos de impacto ambiental. Isso acarretou os conflitos referentes às indenizações e na categoria de “atingido” constante nos documentos.

Para fins de composição grupal o Bom Socorro atualmente possui 320 famílias de acordo com as lideranças locais. Recebe esse nome em homenagem à Santa cujas festividades são realizadas até hoje. A ocupação local dá-se na década de 1930 a 1940 por meio dos deslocamentos de famílias migrantes de outras regiões para trabalhar no cultivo da juta⁶ do Comendador J. G. de Araújo, português que possuía os títulos das terras. Na década de 1970 a região atrai novos migrantes, pois seria instalada a fábrica de papel denominada “Papel Amazonas” cujas estruturas ainda estão erguidas na entrada do lago pertencente a comunidade Nossa Senhora do Nazaré.

Com relação às atividades laborais, uma liderança local informou que se constitui pelos agricultores, pecuária e extrativismo vegetal e mineral. Há também o serviço público nas instituições como a unidade básica de saúde e escola, embora essas atividades sejam exercidas por pessoas da cidade de Parintins.

As conexões com o lugar são o sentimento de pertença que historicamente a localidade possui, pois se constituiu pela história de luta pela reivindicação da terra e por políticas públicas. Na percepção local (liderança e famílias) o lago representa, para além de via de transporte e alimento (com o fornecimento de pescado), o lugar de identidade quando afirmam “eu sou do Zé Açú” (Pesquisa de campo, 2023).

Com relação as comunidades do Lago do Zé Miri, são respectivamente a comunidade Nossa Senhora de Assunção e Comunidade Monte Sião (fundada em 2017 pela liderança evangélica local), embora essa ainda não esteja totalmente desvinculada da Nossa Senhora de Assunção. O nome Nossa Senhora é referente à Santa e tem uma

⁶Fibra vegetal destinada a indústria têxtil na fabricação de tecidos.

história um tanto cômica, pois a princípio seria Nossa Senhora de Fátima. Todavia, a estátua levada para o local por engano foi a de Nossa Senhora de Assunção, permanecendo esse nome até hoje.

Com pouco mais de 80 famílias a comunidade não possui posto de saúde, existe apenas um profissional denominado agente comunitário de saúde que realiza visitas domiciliares periódicas para verificar as condições de saúde das famílias. Possui escola que abarca o ensino fundamental (ofertado em formato multiseriado) e o ensino médio é mediado por tecnologia conhecido como “ensino tecnológico”. É formada por agricultores e extrativistas e com pouca presença de servidores públicos. Os que são agentes públicos oriundos da comunidade não deixaram suas práticas agrícolas totalmente.

A relação com o lugar se apresentou de forma heterogênea, pois existem pessoas que desejam deixar a comunidade para viver nas cidades. Por outro lado, surgiram famílias que não deixariam de habitar ali, pois a conexão com o local é hereditária: “meu pai morou e morreu aqui e vou fazer o mesmo!” (Pesquisa de campo, 2023).

Ressaltamos que ambos os locais possuem conflitos internos. Como apareceu em uma das entrevistas realizadas:

O conflito não é só externo, ele começa interno porque essa antagonia dos grupos de assentados que se dizem as lideranças. Eles têm conflito, eles têm interesses difusos. Se a gente fosse pra reunião eles não iam. (Pesquisa de campo, 2023).

O trecho mostra que os conflitos vão desde a insatisfação com as gestões das lideranças locais até às violências ocasionadas pela introdução de psicotrópicos, como no caso da comunidade do Bom Socorro. Na comunidade Nossa Senhora de Assunção o conflito mais significativo é com relação à separação entre católicos e evangélicos. Essas divergências em ambos os locais tiveram influência no conflito entre empreendimento e atores sociais das comunidades.

A seguir serão elucidados parte do conflito etnografado, visto que se trata de pesquisa em andamento.

Quadro 1: Linha do tempo do conflito.

LINHA DO TEMPO		
Período	Fase do empreendimento	Descrição
2009/2010	Planejamento	Início das primeiras marcações do trajeto da LT nos territórios afetados (verificar com os donos dos lotes interceptados a data correta ou mais precisa)
2021 - 2023	Implantação	Início da supressão da vegetação e abertura dos ramais.
04 de agosto de 2023	Operação	Inauguração da LT pelo presidente Lula

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo e documental.

Conforme o quadro, os anos de 2009/2010 representam a fase de planejamento e as primeiras propostas dos percursos da LT. Esse período foi incluído na linha do tempo, uma vez que a equipe responsável pela pesquisa e delimitação da área conversou com os proprietários dos terrenos que futuramente seriam interceptados por torres e cabos. É importante ressaltar que o fato dos técnicos dialogarem diretamente com os proprietários e não com as lideranças locais já indicava qual a concepção de território que a empresa adotou. É relevante elencar sobre essas comunicações, pois essa relação técnicos/empresa – ribeirinhos repercutiu na definição das categorias de área de influência direta, área diretamente afetada e na questão compensatória, como podemos demonstrar no caso da comunidade do Paraíso, localizada no lago do Zé Açú. Essa comunidade não pôde reivindicar compensação, pois a empresa os excluiu da categoria “diretamente afetado” por considerar o aval do fazendeiro para edificação das torres em seu terreno, e este, por sua vez, é residente do local supracitado. Podemos observar que a intenção da empresa não era ter a permissão da comunidade e sim do proprietário do lote interceptado.

No tocante à fase de implantação, os anos de 2021 e 2023 são considerados o marco inicial dos impactos socioambientais, a serem explorados na próxima seção. Nesse período ocorreram as reuniões para a execução do Programa de Comunicação Social – PCS com orientações para os moradores sobre as etapas do empreendimento. Além disso, foram executadas as oficinas, momentos deliberativos sobre cada etapa executada e discussões sobre compensações. Cabe a ênfase às reuniões, pois conforme relatos desses eventos os técnicos da empresa orientavam os ribeirinhos a assinarem os documentos que

permitiam a passagem da LT em seu território. Outrossim, estes se constituíram como espaços de reivindicação tanto sobre os esclarecimentos sobre os impactos, quanto sobre as propostas de compensação.

Na fase de operação, em um primeiro momento ressaltamos que os eventos, como a audiência pública e a inauguração da LT, ocorreram na cidade de Parintins. Logo, não foi acessível aos moradores dos lagos. Com ênfase a essa fase do empreendimento elencamos a observação realizada na inauguração do evento em 4 de julho de 2023. Ponderamos os discursos dos agentes do Estado. As declarações demonstraram que a preocupação destes é com o desenvolvimento regional e a “energia limpa” presentes nas falas do prefeito municipal, governador do Estado, senadores e ministro de minas e energia. É importante pontuar o discurso proferido pelo governador do Estado do Amazonas sobre a permeabilidade da gestão de Lula para os debates acerca da sustentabilidade e meio ambiente a após elencar que a Amazônia precisa de mais empreendimento com a extração de potássio no território indígena Mura, na extração de gás natural e a finalização da rodovia BR-319. Esses megaprojetos citados são causadores de impactos nos modos de vida dos povos originários e tradicionais já bastantes trabalhados pelos canais de notícias locais e na academia. Com relação ao discurso do ministro de minas e energia, elucidamos a sua visão sobre a região, quando ele pondera que a “Amazônia é o pulmão do mundo” ao falar do programa de descarbonização da Amazônia. Estas falas evidenciam como a região amazônica aparece nos planos de governo e quais as ações políticas devem ser tomadas a respeito do que é visto como “preservação”.

Impactos socioambientais nos lagos do Zé Açú e Zé Miri

No tocante a conflitos socioambientais e suas tipologias, Little (2001, p. 109) pontua três dimensões “(1) os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, (2) os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural, e (3) os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais”. Embora o autor não tome essa tipificação como regra, ressalta-se que esta, usada de forma flexível, pode servir como norteador para compreensão de conflitos. Além disso, o autor elucida que o conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus

múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos.

Nesta pesquisa, consideramos a segunda noção referente a impactos gerados pela ação antrópica. Assim, para situar o objeto do estudo, evidenciamos que grandes projetos se enquadram nessa tipificação. Os grandes projetos para a região amazônica se baseiam na ideia de integrá-la ao resto do Brasil, seja para desenvolvimento econômico ou social. Por outro lado, a implantação/operação desses empreendimentos desencadeiam mudanças no território e nos modos de vida das populações afetadas.

Diante disso é preciso destacar o que entendemos por esses megaprojetos. Ribeiro (2014, p. 50) assinala que são compostos de três dimensões consideradas como grupos de determinações e relações que se sobrepõem. Esses elementos são:

- 1) Gigantismo – eles causam enormes fluxos de capital e trabalho, que são planejados por grandes corporações;
- 2) isolamento – a localização dos projetos implica problemas logísticos específicos e a criação de uma organização social diretamente ajustada às necessidades do processo produtivo;
- 3) caráter temporário do empreendimento – os projetos são realizados em períodos relativamente curtos; a inauguração é a marca da desmobilização dessa forma de produção.

Destarte, pode-se considerar que as LT's são grandes projetos, visto que suas características estão concatenadas com as elencadas. As linhas de transmissão são constituídas por fios condutores metálicos suspensos em torres, também metálicas, por meio de isoladores cerâmicos ou de outros materiais altamente isolantes. Se estendem por longas distâncias, conectando, além de usinas geradoras aos consumidores, como fábricas e mineradoras, ou a população civil.

No que concerne a discussão sobre licenciamento ambiental, sobretudo na produção dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA nossa análise procura compreender esses documentos do ponto de vista antropológico. As discussões elaboradas aqui serão breves em virtude da complexidade desses documentos e da leitura mais acurada do EIA/RIMA do empreendimento que compõe o objeto da pesquisa. Neste sentido, a reflexão centrou-se nas leituras prévias do EIA, especificamente o aspecto socioeconômico e da matriz de impacto do RIMA.

Estes documentos estão previstos no artigo 1º parágrafo III da resolução 237/97 do CONAMA. Nesta direção, seguem a estrutura que se inicia pela identificação do

empreendimento, seguida dos diagnósticos do meio físico, meio biótico (fauna e flora) e socioeconômico. Posteriormente são elencadas as áreas de influência, a avaliação de impacto ambiental, as medidas compensatórias e programas ambientais, seguida a compensação ambiental, referências, conclusões e glosário. O RIMA, por sua vez, é a compilação dos aspectos identificados no EIA e também descreve a matriz de impactos ambientais (AMBIENTARE, 2019).

De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia – ABA em sua publicação sobre laudos antropológicos esclarece que a pesquisa antropológica nesse âmbito enfrenta enpecilhos de ordem teórica e política. Ademais, categorias como “área de influência direta ou indireta” e “área direta ou indiretamente afetada” se colocam como barreiras na amplitude dos impactos. Além disso, a divisão tripartite do EIA pautada nos meios físico, biótico e socioeconômico produzem uma fragmentação na leitura e definição integral dos impactos pelas diferentes ciências e no fracionamento dos mundos os grupos sociais e seus espaços vitais (ABA, 2015).

Acsegrad e Melo (2009) analisaram criticamente a categorias de “área de influência direta”, “área diretamente afetada” e “área indiretamente afetada”, pontuando que essas categorias não abarcam a totalidade dos modos de vida atingidos pelos empreendimentos, uma vez que esses termos traduzem a minimização dos efeitos ou não inclusão de povos tradicionais.

A seguir são apresentados a tríade meios físico, biótico e socioeconômico presentes na matriz de impacto do RIMA, que contém os impactos gerados pelo empreendimento. Neste documento é informada também a “significância” de cada impacto, isto é, os resultados de “magnitude” (intensidade) e “importância”, que resultam no quanto o impacto é significativo para o empreendimento e para o meio em que será construído (RIMA, 2019).

A significância de acordo com RIMA (2019) foi dividida em:

- Insignificante: aquele impacto que possui baixa capacidade de causar os danos ou efeitos esperados.
- Marginal: é o impacto que possui média capacidade de causar os danos ou efeitos esperados.
- Significante: é o impacto que possui uma maior capacidade de causar os danos ou efeitos esperados.

Quadro 2 Matriz de impacto presente no RIMA

Meio Biótico					
Impactos	Descrição	O que fazer?	Fase do empreendimento	Significância	Programa relacionado
Perda da cobertura vegetal nativa	As ações para a implantação do empreendimento implicam na necessidade de retirada da vegetação para abertura e operação de acessos, da faixa de serviços e das praças de torres.	Planejamento da supressão de modo a reduzir ao máximo a interferência em áreas mais conservadas e em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Resgate de sementes e plantas que serão realocadas em áreas onde não ocorrerá supressão. Realização de plantio em outras áreas a serem selecionadas.	Planejamento / Implantação / Operação	Significativo	Programa de Supressão Vegetal Programa de Resgate de Germoplasma Programa de Reposição Florestal
Meio Socioeconômico					
Impactos	Descrição	O que fazer?	Fase do empreendimento	Significância	Programa relacionado
Geração de expectativas negativas	A percepção negativa do empreendimento, geralmente se relaciona ao incômodo proveniente das obras e da movimentação de pessoas e a divulgação da possibilidade de instalação do empreendimento	Informar sobre a presença de equipes na região (Durante a fase de planejamento) e canais de comunicação com o empreendedor	Planejamento / Implantação	Marginal	Programa de Comunicação Social - PCS
Meio Físico					
Impactos	Descrição	O que fazer?	Fase do empreendimento	Significância	Programa relacionado
Surgimento de erosão (desgaste do solo e das rochas, buracos na terra, voçorocas)	O processo de construção da linha de transmissão pode afetar diretamente o solo fazendo com que apareçam processos erosivos. As atividades que contribuem para que isso ocorra são: retirada da vegetação, remover terra para a construção da LT, dentre outros.	Evitar realizar as atividades de construção no período de chuvas; Diminuir o tempo que o solo fica exposto, sem vegetação. Após a construção da LT recomenda-se: refazer o sistema de drenagem de água das chuvas, revegetar as áreas onde o solo está exposto dentre outros	Planejamento / Implantação / Operação	Marginal	Programa de Monitoramento e Recuperação de Processos Erosivos e Áreas Degradadas

Fonte: RIMA, 2019.

Estes trechos retirados do RIMA são para visualização de como os efeitos estão dispostos na matriz de impacto. Ressalta-se que estes impactos foram suscitados na fase de planejamento e calculados com base em estudos de outros empreendimentos e das próprias pesquisas de campo realizadas pela equipe, isto é, não condizem com a fase de implantação onde estes impactos de fato seriam evidenciados concretamente e com maior profundidade no modo de vida dos moradores da área.

De acordo com a ABA é preciso promover rigorosa avaliação dos danos socioambientais de caráter coletivo, que vão além da definição censitária, estatística,

cartorial e patrimonial de atingidos predominante na elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (ABA, 2015).

Na composição da equipe interdisciplinar, entre elas o antropólogo e/ou cientista social deve ter o compromisso ético na defesa desses territórios e modos de vida particulares, uma vez que os outros profissionais que realizam os estudos do meio físico e biótico não possuiriam, dada sua formação nas “ciências duras”, esse direcionamento ético-político. Diante disso, as orientações da ABA elencam que:

O (a) profissional envolvido(a) em atividades dessa natureza precisa se comprometer a denunciar violações de direitos humanos do(s) grupo(s) afetado(s) e ilícitos socioambientais empreendimento(s)” (ABA, 2015, p. 26).

Observamos nas leituras do EIA-RIMA a ausência de informações e inclusão dos ribeirinhos. No estudo em questão a palavra “ribeirinho” não é citada e todos os povos tradicionais afetados, exceto indígenas e quilombolas, são colocados como agricultores e residentes de área rural, embora sua dinâmica de vida não seja exclusivamente dependente dos lagos. Por outro lado, também não se pode considerar que são residentes de áreas rurais já que o lago tem potencial impacto na reprodução social desses povos.

Nos EIA-RIMA são sinalizados programas denominados de medidas mitigadoras para atenuar ou erradicar os impactos gerados. No documento são elencadas 10 medidas em formato de programas como por exemplo Programa de Gestão Ambiental (PGA), Programa de Supressão de Vegetação, Programa de Comunicação Social (PCS) entre outros. Vale ressaltar que em ambas as comunidades determinados programas não foram executados ou não existe medida para esses efeitos.

Os impactos

Um dos primeiros impactos a serem pontuados referem-se à quantidade de comunidades/pessoas que fazem parte da área de influência do empreendimento. Ravena (2009) pontua que a pouca menção a quantidade de pessoas que fazem parte da categoria área de influência direta é proposital, pois a intenção da empresa é diminuir os custos de transação a processos indenizatórios e, neste caso, ocultar impactos sobre os modos de vida de segmentos da população que reside na Amazônia. Para pensar nesses impactos é preciso nos remeter à fase de planejamento em 2009-2010, quando a equipe, ao invés de

dialogar com lideranças locais, dialogou diretamente com os proprietários dos terrenos que seriam interceptados pelo linhão.

Esse efeito repercutiu tanto no Lago do Zé Açú quanto no Zé Miri, pois como no caso da comunidade do Paraíso em que o fazendeiro não se articulou com as lideranças locais, também houve obstáculos impedindo que os outros moradores pudessem reivindicar algum benefício. Essa mesma situação ocorreu em Nossa Senhora de Assunção no Zé Miri quando a empresa colocou essa comunidade como sede para as reuniões, o que dificultou o acesso às informações sobre as obras para os residentes da Comunidade Nossa Senhora do Rosário do Lago Máximo, sendo que um terreno de um morador desse local foi atravessado pela LT. Além disso, essa questão não se enquadra em nenhum dos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos. Ao passo que se não consta no RIMA, automaticamente não existe medida mitigadora.

Sobre as repercussões da instalação referentes à supressão vegetal, que impacta diretamente nas atividades agrícolas dos ribeirinhos. Com essa supressão, árvores frutíferas nos terrenos foram derrubadas e seu frutos levados. Destacamos que estas ocorreram, cronologicamente no segundo semestre de 2021. Nesse período, os relatos dos interlocutores revelam a restrição no uso do solo para as práticas agrícolas quando frisam “ninguém vai poder queimar, derrubar” (Pesquisa de campo, 2023). Para esse impacto o programa de supressão vegetal deveria ser executado para minimizar a derrubada de árvores e, caso árvores frutíferas fossem derrubadas, seus frutos deveriam ser concedidos ao proprietário do terreno. Além disso, as madeiras retiradas por meio das toras deveriam passar pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e depois serem remanejadas aos moradores, algo que conforme os relatos ouvidos em campo não aconteceu.

Concatenado a esse impacto tem-se a perda da cobertura vegetal (biótico) nas estradas vicinais que conectam as torres. A não reposição vegetal, sobretudo de plantas rasteiras tem corroborado para o surgimento de erosões, que por sua vez, tem repercutido no assoreamento e no depósito de material no lago, desencadeando a diminuição no nível dos cursos de água – cabeceiras, igarapés e lagos. Os impactos denominados “surgimento de erosão (físico)”, “poluição dos sedimentos e águas superficiais, como lagos e rios (físico)” e “perda da cobertura vegetal nativa (biótico)” estão enquadrados em diferentes categorias. Nota-se que em nenhum momento esses efeitos são cruzados com o meio

socioeconômico e, conforme frisam Acselrad e Melo (2009), a falta de análise integral dos meios físico/biótico/socioeconômico produzem diagnósticos que comprometem os grupos sociais, pois suas características socioculturais não são elucidadas por ausência de metodologias capazes de produzir tais dados.

Durante a pesquisa de campo, uma família na comunidade do Zé Miri relatou o aparecimento da “cobra grande”. O relato apontou que esse animal surgiu após a instalação da torre que “passa por cima do Paraná do Ramos”, em sua margem direita. Embora não fosse possível visualizar as filmagens feitas por moradores, essa região é conhecida pelos saberes locais pelo “lugar de bicho grande”. Na região amazônica, tanto no folclore popular, quanto nas mitologias indígenas, as narrativas sobre ofídios gigantes têm bastante destaque. A forma como o relato foi contado, permeado por olhares e vozes de espanto, leva a crer que esse animal possa ser visto por mais vezes⁷. Para esse impacto, o RIMA elenca “interferência sobre o local de sobrevivência dos animais silvestres terrestres (biótico)” e “aumento de risco de animais silvestres acidentados (biótico)”. Podemos inferir que o surgimento de tal animal não se enquadra em nenhum desses impactos. Dessa forma não existe uma mitigação para o mesmo.

No que tange à saúde mental, os relatos nos permitem compreender que são decorrentes em parte a partir das precipitações pluviométricas. Uma família no Zé Miri já teve incidentes com descargas elétricas e a região do Zé Açú, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) no ano de 2021, foi considerada a segunda região com maior incidência de raios. Além disso, quando chove a LT produz um ruído devido ao contato das gotas com os cabos. Embora orientados sobre esse somido, o mesmo impacta por ser a primeira aproximação com aquele fenômeno. Ademais, em ambos os lagos, sobretudo no Zé Açú, a LT passa em frente a comunidade Nossa Senhora do Bom Socorro no lago supracitado. Para os ribeirinhos é a primeira vez que estão visualizando aquela estrutura e o relato de um morador local evidencia essa paisagem incomum quando enfatiza “nas viagens à Parintins o barco⁸ passa embaixo e dá a impressão que vai bater no cabo” (Pesquisa de campo, 2023). Essa narrativa refere-se ao transporte de recreio

⁷ As narrativas geralmente reconhecem as cobras grandes como “donos” do lugar ou como responsáveis pela criação dos igarapés e outros cursos d’água ao movimentarem seu corpo imenso pela mata. As implicações cosmológicas e cosmopolíticas dessas narrativas e da presença da cobra grande reagindo ao empreendimento serão discutidas em outros trabalhos.

⁸ Transporte fluvial de recreação local.

utilizado pelos ribeirinhos para viagens à Parintins e a “impressão” evoca a ansiedade envolvendo acidentes entre o barco e a LT. Com base nas observações e narrativas colhidas, consideramos também que o sofrimento psíquico referem-se ao futuro das famílias, quando relatam: “não sabemos o que vai acontecer daqui pra frente, se vai sobrar só a casa” e “eu queria ser indenizada para ir embora daqui” (Pesquisa de Campo, 2023).

Não existe mitigação prevista para essa implicação, uma vez que nem considerado impacto é, pois se desdobra na subjetividade e esta não se enquadra na tríade físico biótico-socioeconômico na qual se ancoram o EIA e RIMA.

O que compensa em um grande projeto?

A questão de compensação na pesquisa que estamos desenvolvendo é de importância central, uma vez que as indagações do que compensa estão presentes no estudo desde sua formulação, mesmo que a priori o foco tenha recaído sobre os impactos. Ademais, percebemos que as medidas compensatórias dependem das diferentes noções de impacto entre a empresa e os moradores das comunidades, sendo que essas noções se contrapõem no campo de pesquisa.

Em campo percebemos as inquietações com relação a essa temática em ambos os lugares da pesquisa. Primeiramente ressaltamos que as deliberações sobre esse aspecto ocorreram nas reuniões entre empresa e comunidade. No entanto, conforme relatos de interlocutores, esses eventos foram espaços de cooptação dos ribeirinhos, pois conforme apareceu em uma entrevista, “a empresa Dossel preparava o terreno e a Elecnor só batia o martelo” (Pesquisa de Campo, 2023). Isso se refere à tomada de decisão sobre a implantação da torre nos terrenos em que havia algum impedimento e também sobre as indenizações, que por sua vez constituem outro aspecto contraditório.

Do ponto de vista da empresa as medidas mitigadoras estão mais voltadas, exclusivamente, para o meio ambiente. As medidas mais direcionadas ao “social” se desdobraram em cursos profissionalizantes e no Programa de Comunicação Social, com a aplicação das oficinas sobre associativismo, empreendedorismo e educação ambiental.

Com relação às compensações essas também se voltaram em sua maioria para o meio ambiente. No capítulo 10 do EIA é destacado o plano de compensação ambiental, estabelecendo que a compensação ambiental foi instituída pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC), tratando

se de um instrumento legal obrigatório para mitigação dos danos ambientais causados por um empreendimento enquadrado como de significativo impacto ao meio ambiente, fundamentado por seu Estudo de Impacto Ambiental e critérios técnicos do órgão licenciador (AMBIENTARE, 2019).

A proposta de criação de Unidades de Conservação prevê a criação de três áreas na Gleba de Vila Amazônia, sendo a primeira na região da Valéria (região com cinco comunidades rurais) pertencente ao Estado do Pará. A segunda será a Reserva do Curuá-Quebrinha (região que possui duas comunidades rurais) pertencente ao Amazonas e a terceira a Reserva do Máximo (comunidade do lago Máximo, região próxima ao Zé Miri).

A justificativa para essas reservas ocorreu de acordo com o EIA em virtude “do empreendimento estar localizado numa região de reprodução de espécies de aves parte da fauna ameaçada de extinção, como o gavião-real (*Harpia harpyja* VU), gavião-real falso (*Morphnus guianensis* VU), bem como ninhais de mauari (*Ardeia cocoi*)” (AMBIENTARE, 2019, p. 11). Com base nessas informações, observamos que a única proposta de retorno ou compensação à população é a reserva. Assim é nítida a ausência de qualquer ação que considere dirimir os impactos causados nos ecossistemas afetados que não são somente os locais que fazem parte da proposta da área de conservação.

Quanto às propostas das comunidades, elencamos a questão do rebaixamento da energia fornecida pela LT que transporta a energia à Subestação em Parintins. No capítulo sobre o meio socioeconômico, na seção sobre “expectativas geradas”, o EIA explica que nesse primeiro momento a energia não será rebaixada, quando frisa: “(...) em outra etapa futura, e referente a outro empreendimento/empreendedor, parte dessa energia deverá ser redistribuída para as comunidades rurais” (AMBIENTARE, 2019. p. 235).

Uma das interlocutoras da pesquisa que é professora e tem residência no Bom Socorro (Zé Açú) discutiu esse tema durante uma entrevista:

O rebaixamento do linhão é difícil é complicado. Por conta da taxa de energia do [programa] “luz para todos” a partir de dois meses o corte vai acontecer. O pagamento pelo linhão tem outras taxas embutidas que não dá certo pro nível [de renda] dos assentados. O poder aquisitivo da agricultura familiar não tem como sustentar essa energia” (Pesquisa de Campo, 2023).

Nesta direção, para a interlocutora a energia do linhão com o rebaixamento não seria algo benéfico para os moradores da região, em virtude de sua condição financeira.

Além disso, pontuou também que para o agronegócio local seria rentável, pois com o acesso à energia esses atores podem mecanizar a produção. Porém, isso traria efeitos no meio ambiente, pois segundo ela “vai arrastar material, vai tirar material de igapó, vai tirar mata ciliar” (Pesquisa de Campo, 2023).

Outras propostas de compensação estão mais direcionadas a aspectos específicos de cada localidade, como a pavimentação de estradas, construção de infraestrutura para abastecimento de água, seguro ou indenização vitalícios para os afetados, entre outros. Importante frisar que essas propostas foram debatidas nas reuniões com a empresa. Porém, conforme os relatos nenhuma dessas propostas foi acatada pelo empreendedor.

Concernente à compensação na comunidade Nossa Senhora do Bom Socorro conversamos com a professora, moradora local que propôs a biblioteca. Segundo a mesma esse equipamento social é destinado a atender demandas por serviços socioassistenciais dos ribeirinhos tanto dessa quanto de outras comunidades. De acordo com a informante essa proposta foi pensada, pois as outras sugestões (pavimentação da estrada e poço artesiano) foram embargadas pela empresa por motivos de não haver recursos para esse fim. Neste sentido, a professora formulou esse projeto a partir da experiência com as famílias que encontravam barreiras para acessar os serviços sociais em Parintins. Assim, após apresentado em reunião para a equipe do empreendimento a ideia foi acatada. Atualmente a biblioteca está aguarda a mobília e a expectativa de inauguração é em dezembro de 2023.

No tocante a compensação na comunidade Nossa Senhora de Assunção no lago do Zé Miri. Dialogamos com um integrante, que exerce a função de tesoureiro da coordenação, espécie de administração local, e que propôs um centro social. Inicialmente a proposta era a recuperação da estrada que interliga várias comunidades daquela região e de outras à comunidade do Nossa Senhora de Nazaré no Zé Açú. Porém, igualmente como ocorrido na comunidade do Bom Socorro no Zé Açú, a empresa ressaltou que não havia recurso para tal obra. Conforme o informante, o custo da empresa não seria tão alto, pois seria necessário o maquinário (que já estava ali para abertura das estradas vicinais) e a recuperação seria com cobertura de piçarra⁹ extraída de um terreno local. Nesta direção,

⁹ Rocha composta de areia, pedra e terra utilizada na pavimentação de estradas.

ao perceberem os embargos erguidos pela coordenação elaborou a proposta do centro a partir da ausência de uma estrutura destinada a reuniões e festividades locais.

Portanto, ponderamos que a empresa em ambas as localidades colocou obstáculos para negociações sobre as sugestões compensatórias. Talvez seja referente a ideia de compensação que a empresa possui ou por redução dos gastos com os ribeirinhos. Todavia, essa questão será aprofundada nas próximas etapas da pesquisa em andamento na pós-graduação.

Considerações finais

Este artigo buscou realizar uma análise preliminar dos impactos socioambientais nos modos de vida ribeirinhos das comunidades dos lagos do Zé Açú e Zé Miri a partir da implantação e operação da Linha de Transmissão de energia Oriximiná-Juruti Parintins. No decorrer da pesquisa em andamento, pretendemos nos aprofundar em reflexões sobre os entendimentos e desentendimentos acerca da ideia de compensação e suas diferentes perspectivas presentes no conflito. Em um primeiro momento pontuamos que o conflito social em si expressa o prelúdio dos impactos, uma vez que, a estratégia sempre foi considerar como afetado somente os terrenos que abrigariam as torres e não as comunidades nos quais esses terrenos fazem parte.

No que diz respeito aos impactos, elucidamos a fragmentação entre os meios físico, biótico e socioeconômico e como essa decisão teórico-metodológica repercutiu na ausência de uma análise integral e indissociável dos efeitos sobre os ecossistemas e as vidas dos habitantes das comunidades. Destacamos como impactos mais pujantes os que não estão previstos no RIMA, a exemplo das repercussões na saúde mental. Também chamamos atenção sobre os impactos cujos graus de intensidade constam no relatório como insignificante ou marginal, tendo em vista que por meio da pesquisa de campo observamos que cada impacto articula significativamente o meio físico, com suas consequências na sociobiodiversidade e nos modos de vida locais.

Por fim, examinamos algumas propostas do que se entende por compensação socioambiental, evidenciando as fragilidades em suas negociações. Suas limitações são percebidas quando se reconhece que as próprias definições de “atingido”, a noção de impacto e as decorrentes ideias sobre “o que compensa” são construídas com referência às escolhas teóricas, técnicas e políticas da empresa e dos agentes que até o momento

avaliaram o empreendimento. A tarefa antropológica a ser realizada no decorrer da pesquisa consiste justamente na crítica e na reconstrução dessas categorias a partir dos olhares e concepções dos habitantes das comunidades impactadas, por meio de uma etnografia do conflito.

Referências

ABA. 2015. PROTOCOLO DE BRASÍLIA **Laudos antropológicos**: Condições para o exercício de um trabalho científico. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/82_00121696.pdf.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. 2009. Elementos para análise do RIMA de Belo Monte à luz das conclusões e recomendações do projeto Avaliação de Equidade Ambiental. In: **Painel de Especialistas**. Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. MAGALHÃES, Sônia M. S. B e HERNANDEZ, Francisco M. (Orgs.). Belém, p.48-52.

AMBIENTARE. 2019. **Estudo de Impacto Ambiental** – EIA: Linha de Transmissão 230 kV Oriximiná - Juruti - Parintins e Subestações Associadas. Brasília: Ambientare - Soluções Ambientais Ltda, p. 1480.

CONAMA. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Brasília: Diário Oficial da União, 1997.

LITTLE, P. E. 2001. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflito ambiental. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 1996. O trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. São Paulo: USP/ **Revista de Antropologia**, vol 39, n. 1, pp 13-37.

RAVENA, N. Ausência de estudos no EIA ligados à manutenção da vida das populações atingidas pela Hidrelétrica de Belo Monte. Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. MAGALHÃES, Sônia M. S. B e HERNANDEZ, Francisco M. (Orgs.). Belém, p.43-47.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA). 2019. Linha de Transmissão 230 kV Oriximiná - Juruti - Parintins e Subestações Associadas. Parintins Amazonas Transmissora.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2014. Quanto maior melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA.